

Crise política também nos Açores?

IL não aprova Orçamento Regional e propõe extinção ou venda da Azores Airlines

O deputado da Iniciativa Liberal (IL) no Parlamento açoriano anunciou que vai votar contra o actual Plano e Orçamento para 2022, considerando “inevitável” a realização de eleições regionais antecipadas caso as contas da Região sejam chumbadas.

“A IL Açores decidiu, em reunião do núcleo regional, não aprovar este Orçamento e este Plano. O acordo de incidência parlamentar com o PSD não está a ser cumprido na sua plenitude”, disse Nuno Barata, em conferência de imprensa na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Para o deputado, “a decisão está nas mãos do Governo”, que “tem de apresentar um documento novo – refeito e reformista”, garantindo que a SATA Internacional não coloca em causa a viabilidade financeira da SATA Air Azores, e “reduza o plano e o nível de endividamento previsto”, para cerca de “metade dos atuais cerca de 300 milhões de euros”.

Quanto às críticas ao endividamento previsto de 133 milhões de euros destinado ao “aumento de capital da transportadora aérea SATA”, o deputado explicou ser um “grande defensor da SATA Air Azores e do seu serviço público”, alertando que estão a ser postos em causa pelo “nível de prejuízos da Azores Airlines/SATA Internacional”.

Uma opção possível para a IL viabilizar o Orçamento Regional para 2022 pode ser a extinção ou “a alienação” da SATA Internacional, ou “outra forma que demonstre que a Região não tem de continuar a injectar capital e que continua a constituir perigo para a SATA Air Azores”, indicou Nuno Barata.

“Não estamos disponíveis para aprovar este orçamento enquanto ele previr um endividamento na ordem dos 300 milhões de euros, dos quais



133 são para um aumento de capital da transportadora aérea SATA sem que conheçamos, detalhadamente, o plano de reestruturação da Azores Airlines (SATA Internacional) e sem que tenhamos garantias de que a sangria será estancada”, afirmou.

De acordo com o deputado, o “prejuízo operacional da Azores Airlines no primeiro semestre deste ano foi de, sensivelmente, 45 milhões de euros”.

“Não podemos continuar a suportar tal nível de prejuízos, sob pena de perdermos um dos nossos mais valiosos ativos e o nosso mais importante instrumento de coesão, que é a SATA Air Azores”, avisou.

Quanto à restante dívida assumida pelo Governo, a IL defende uma “redução na ordem dos 140 a 150 milhões de euros”, pela via “da redução do investimento”, até porque “algumas” obras previstas representam um aumento futuro de despesas correntes.

“Queremos um Plano mais reduzido para reduzir o Orçamento. O costume é negociar o plano e orçamento como se fosse uma mercearia. O que pre-

tendemos é um plano mais reduzido e permita reduzir a dívida da Região”, frisou o deputado, explicando que não pretende fazer depender o voto no Orçamento da inclusão de medidas da IL no documento.

Confrontado com a possibilidade de o Governo Regional saído das eleições de 25 de outubro de 2020 cair com o chumbo do Orçamento, Barata observou que tal “depende de outras forças políticas, não da IL”.

“Somos um deputado em 57. Há de haver forças políticas satisfeitas com este Plano”, disse.

Para a IL, “este plano e este orçamento não tem condições de ser aprovado”.

Nuno Barata observou que, se o documento for chumbado, o cenário de eleições antecipadas é “inevitável”.

“Essa é uma decisão de ontem à noite na reunião do núcleo regional do partido. A haver chumbo de orçamento e queda de Governo, devemos ir a eleições”, venceu, reconhecendo que “seria a primeira vez na história dos Açores”.

Inquirido sobre a situação política

na República, onde o Orçamento do Estado corre o risco de ser reprovado, Barata apontou diferenças: “Na República estão a pedir mais. Nós estamos a pedir menos”.

Nuno Barata foi ainda confrontado com as declarações feitas na Segunda-feira pelo presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, que sobre uma eventual remodelação governamental disse que não ia agir com base na “opinião externa”.

“O Governo anuncia humildade e, depois, diz que não age ouvindo toda a gente. Se o Governo cumprir o nosso acordo parlamentar, estamos disponíveis para o manter”, notou.

“Foi um acordo parco em exigências. Daí sermos intransigentes no seu cumprimento”, afirmou.

A Assembleia Legislativa dos Açores, recorde-se, é composta por 57 deputados, sendo que, na atual legislatura, 25 são do PS, 21 do PSD, três do CDS-PP, dois do PPM, dois do BE, um do Chega, um eleito pelo Chega que, em julho, passou a independente, um da IL e um do PAN.

PSD, CDS-PP e PPM, que juntos representam 26 deputados, assinaram um acordo de governação. A coligação assinou ainda um acordo de incidência parlamentar com o Chega e o PSD um acordo de incidência parlamentar com a IL.

Com o deputado do Chega, o Governo tem o apoio de 27 deputados, passando a 28 se contar com o apoio do deputado independente.

Só com o apoio de mais um deputado o atual executivo, liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, consegue os 29 votos necessários para uma maioria absoluta no parlamento regional – a mesma que levou o representante da República a indignar o actual Governo Regional.

Chega exige remodelação do Governo



O deputado do Chega na Assembleia dos Açores, José Pacheco, disse que o apoio do partido ao Governo Regional vai estar dependente de um “emagrecimento” do Executivo, que vai ter de ocorrer a “médio prazo”.

José Pacheco defendeu que o Presidente do Governo “tem de pensar numa remodelação”.

“Exigimos uma remodelação governativa. Não faz sentido ter um Governo tão grande”, afirmou o deputado do Chega, partido com quem a coligação governativa assinou um acordo de incidência parlamentar com vista a garantir uma maioria absoluta de deputados na Assembleia Legislativa”.

José Pacheco lembra que uma das medidas “combinadas” entre o Chega e os partidos que compõem o Executivo era um “emagrecimento da máquina do Estado”, algo que, segundo disse, “não aconteceu”.

“A continuidade deste apoio do Chega vai depender de outras coisas, mas para já vamos nos focar nesta, que é o emagrecimento do Governo, pelo menos a médio prazo”, afirmou.

O Presidente do Governo dos Açores considerou, sobre uma eventual

remodelação governamental, nomeadamente na pasta das Finanças devido às verbas das Agendas Mobilizadoras, que não vai agir com base na “opinião externa”, cabendo-lhe decisões nesta matéria.

O parlamentar do Chega realçou que o partido “não é chantagista”, pelo que a redução do Governo não é uma “exigência” para viabilizar o Orçamento da região para 2022, discutido e votado em novembro no Parlamento açoriano.

“Esta remodelação tem de começar a acontecer para Abril ou Maio de 2022. O mais tardar em Junho, gostaríamos de ver essa remodelação. Temos Orçamento daqui a um ano para 2023 e não vamos continuar nesse Orçamento a ter um Governo desse tamanho”, apontou.

O deputado revelou não estar sa-

tisfeito com o tamanho do Executivo e disse “não conceber um governo para agradar a clientelas políticas”.

“Diz-se que o Governo custa menos dinheiro. Até acredito que sim e que tenha um peso orçamental mais curto. Mas já disse ao senhor Secretário Regional das Finanças que, à mulher de César não basta ser séria, também tem de parecer. E neste momento não parece”, afirmou.

Questionado sobre quais as secretarias regionais que devem deixar de existir, Pacheco disse tratar-se de uma decisão do Presidente do Governo Regional. “Não quero estar aqui a queimar nenhum Secretário. Há áreas que se podem juntar e estar na mesma Secretaria. Há uma urgência que os açorianos percebem: a de mudarmos muita coisa na Região”, declarou.